

JORNAL DO ALGARVE
N.º 935 — 22-2-75

TRIBUNAL JUDICIAL DA
COMARCA DE VILA REAL
DE SANTO ANTÓNIO

Anúncio

1.ª PUBLICAÇÃO

Faz-se saber que na Acção Ordinária de Reivindicação n.º 66/74, que corre termos por este Tribunal Judicial, movida por Maria José Rodrigues Xavier Rita, viúva, domiciliada em Monte Gordo, desta comarca, contra os réus ERNESTO AUGUSTO SALES, viúvo, residente em parte incerta mas com última residência conhecida na Praça D. Luís, n.º 17, 1.º andar, dt.º, em Lisboa, e ERNESTO SALES, LDA., representada pelo anterior réu com sede em Vila Real de Santo António, são estes réus CITADOS para contestarem, querendo, apresentando a sua defesa no prazo de 20 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, contada da data da 2.ª publicação do presente anúncio, sob a cominação de virem a ser condenados no pedido que a autora deduz naquele processo e que consiste em a autora ser viúva-meeira e cabeça de casal da herança aberta por óbito de seu marido José António Rita, falecido em 6-12-973, e dessa herança indivisa faz parte o prédio urbano situado no lugar de Lazareto, desta comarca de Vila Real de Santo António, inscrito na matriz predial sob o artigo 104 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1382, a fls. 117 v.º do Livro B-4, constituído por vários armazéns destinados à indústria da seca de peixe, com terreno anexo, tendo a área de 1 150 m2 coberta e 3 010 m2 descoberta, o qual encontra-se desde há dezenas de anos, cerca de 40 anos, na posse plena e fruição do extinto José António Rita e depois na posse da Autora e herdeiros daquele, por ter sido adquirido pelo dito José António Rita por acordo com a Comissão Judicial encarregada da liquidação dos bens do réu Ernesto Augusto Sales que havia caído no estado de falência e sido obtida uma concordata nesse sentido com todos os seus credores, representados por aquela Comissão.

Vila Real de Santo António,
31 de Janeiro de 1975

VERIFIQUEI:

O Juiz de Direito,

(a) *Luís Flores Ribeiro*

O Escrivão de Direito,

(a) *Américo G. Correia*

VENDE-SE EM MÉRTOLA

Prédio, com superfície de 963 m2 e área descoberta de 98 m2.

Terreno próximo ao mesmo, com 1 750 m à entrada da Rua Alves Redol (estrada do Algarve).

Servindo para qualquer ramo de negócio.

Informa: sr. Rodolfo Santos.

Vende-se

Duas casas de rés-do-chão na Rua Ministro Duarte Pacheco, 40-42, em Vila Real de Santo António. Informações pelo telef. 479.

Aulas de primeiros socorros na Corporação de Bombeiros de Vila Real de Santo António

Orientadas pelo sr. Alvaro Campero Munhoz, abriram na Corporação de Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António aulas sobre os primeiros socorros a prestar em caso de acidentes.

Embora dirigidas essencialmente aos membros daquela Corporação, as aulas, que decorrem às quartas-feiras, às 21 horas, podem ser frequentadas por todas as pessoas que o desejarem.

COMPANHIA DE SEGUROS GENERALI Estores «Duralex» e Revestimentos Prestígio

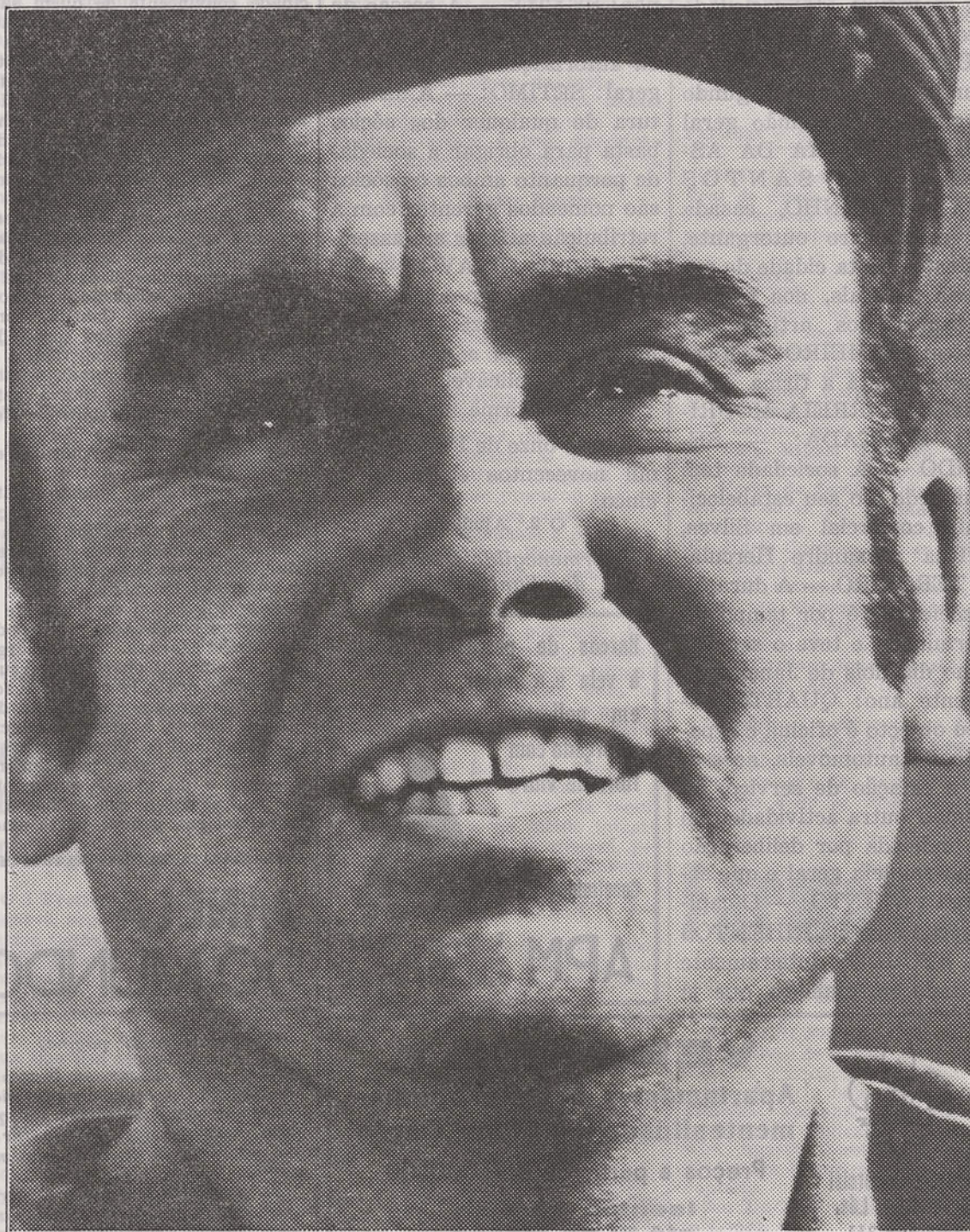
Representado por: GAVINO SIMÕES
SEGUROS EM TODOS OS RAMOS

Fazem-se e Reparam-se Estores.

Fornecimento e Aplicação de Alcatifas, Revestimentos Plásticos (mosaico ou peça), Papéis Laváveis e Vinílicos para paredes.

Orçamentos grátis:

Rua D. Francisco Gomes, 37-3.º Esq.º — Telef. 366 — Vila Real de Santo António.



banco nacional ultramarino nacionalizado, nosso

Nosso.

De todos quantos lutamos por uma agricultura mais apetrechada, mais moderna, mais produtiva. Banco nacionalizado é banco seguro para o seu dinheiro, porque tem atrás de si o Estado. Banco nacionalizado não é só eficácia. É solidariedade. Não é só negócio. É Nação.

Banco Nacional Ultramarino.
110 anos de experiência.
A maior rede bancária do País.



BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

CORREIO de LAGOS

PRIMEIRA SESSÃO DE ESCLARECIMENTO CÍVICO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

No sábado passado assistimos à primeira sessão de esclarecimento cívico levada a efeito pelo M. F. A. em Lagos.

Do major Branco, comandante militar de Lagos, que desde há muito vem contribuindo para solucionar os problemas que a cada momento surgem, por desentendimentos filhos da ignorância de uns e prepotência de outros, muito nos foi dado ouvir, comprovativo de que as Forças Armadas continuam no firme propósito de prosseguir no programa que as levou ao Movimento do 25 de Abril, conservando-se pois anti-partidárias, com o que, em nosso modesto entender, só se prestigiarão, porque a política, quer queiramos quer não, peca por ausência de isenção dos seus mais activos dirigentes. Foram dadas explicações sobre a forma mais aconselhável para bem votar, como para atenuar os maléficos efeitos da inflação, citando-se que, relativamente ao pão, os consumidores podem exigir pão de 1.ª pelo preço de 2.ª quando este falte.

Sobre o futebol-espectáculo, foi referido, por orador familiarizado com assuntos desportivos, o bastante para nos convencermos que algo está mal e terá de ser modificado, porquanto negociatas de volume se têm feito à sombra de tal modalidade, em benefício de exploradores e prejuízo de explorados. O povo aproveitou do que ficou dito, sendo de esperar que mais sessões surjam, e essas, então, com colaboração de grupos de teatro e música.

DETURPAÇÃO DO QUE ESCREVIEMOS SOBRE SESSÕES DE ESCLARECIMENTO POLÍTICO

De que errar é próprio dos homens, não temos qualquer dúvida, mas de que nos anima a vontade de acertar, estamos absolutamente convencido.

Quando assistimos a qualquer sessão de esclarecimento político, temos o cuidado de observar as posições de oradores e assistentes, para comentar com justiça e imparcialidade as divagações de uns e outros.

Regra geral, pouco se constrói e assim, o que passamos ao papel é fruto do que resumidamente alcançamos para dar uma ideia o mais aproximada possível do valor ou da negação do que foi dito.

Estão os que nos lêem no pleno direito de contestar o que escrevemos, para que publicamente luz se faça sobre possíveis erros, mas como abundam as pessoas que por ausência de formação, preferem deturpar a verdade das coisas, em regime de conversa de «comadres», veio ao nosso conhecimento que senhores cultos que assistem às sessões de esclarecimento político, se permitem falar de tal forma que dão a quem as ouve ideias contrárias ao que expusemos. Fazem-no por deturpação da nossa forma de dizer, ou por paixão política? Os políticos têm todas as palavras, e, quase sempre, poucas obras, havendo necessidade, pois, de não irmos em «cantigas». Como o esclarecimento se impõe, importa que todas tornem públicas as suas dúvidas.

A SITUAÇÃO DA FILARMÓNICA 1.º DE MAIO

Dos assuntos debatidos em 14 deste mês na reunião da Comissão Concelhia de Democratização, o que mais atenção mereceu foi a situação da Filarmónica 1.º de Maio, agrupamento musical criado em 1932, e que ameaça ruir se não forem tomadas medidas urgentes para a sua consolidação. Sem regente há bastante tempo, poucos aprendizes se formam, visto que o filarmónico mais dedicado e assíduo, só com sacrifício do seu ganha-pão, vai leccionando o que sabe e não considera suficiente para uma verdadeira formação. A sede não reúne condições para se tornar em escola de música, que só será possível com regente habilitado e para se dispor deste, há que ter fundos. As receitas não

vão além de 10 contos anuais, subsídio da Câmara Municipal, e reduzida quotização de sócios, que longe de aumentar diminui por deficiente actuação da Filarmónica.

Sugestões acertadas surgiram para debelar o mal, como a participação dos clubes recreativos e desportivos, através de filhos de sócios que frequentariam a escola de música, apoio de entidades oficiais que se interessem pelas coisas de cultura e arte, e subsídio mais volumoso da Câmara Municipal, de forma a obter-se dinheiro que baste para contratar um professor de música que leccione aprendizes e filarmónicos e para arrendamento de casa que sirva de sede condigna.

Teremos a dita de uma «revolução» que dê o necessário à escola de música e uma filarmónica que honre Lagos?

OS ACTOS DE VANDALISMO CONTINUAM

Apesar do Movimento de 25 de Abril, possível por um punhado de militares cónscios do momento difícil que a Nação atravessava após 48 anos de regime fascista, os actos de vandalismo continuam, comprovando-se assim que o povo não está ainda preparado para fazer uso da liberdade que tal Movimento visou.

Recentemente, em Lagos, ao cimo da Rua General Alberto da Silveira, um automóvel particular, pertença de pessoa bem comportada, mas que não reúne condições para ter garagem privativa, foi «mimosado» com pedradas, obra dos vândalos que a horas mortas actuam maldosamente neste campo e no de frases escritas nas paredes, praticamente insultuosas. O estrago no automóvel custou ao proprietário 800\$00, apesar de ser trabalho para 1 200\$00. Observamos-lhe que deveria ter apresentado queixa à Polícia, mas foi-nos dizendo, que pouco poderia adiantar, porque o autor ou autores de actos de vandalismo, não sendo apanhados em flagrante, dificilmente se localizam.

Resolvemos porém tornar o caso público, para que a Polícia, empenhada na moralização dos costumes, redobre de esforços, detendo para averiguações todas as pessoas suspeitas que a horas mortas vagueiam pelas ruas da cidade, porque Lagos quer e pode dar exemplos de civismo que alguns «filhos da noite» estão prejudicando.

TEM 12 000 OBRAS A BIBLIOTECA DE JÚLIO DANTAS

No número anterior, em apontamento intitulado «A obra de Júlio Dantas ainda está guardada para Lagos», foi referido que o seu «tesouro» era constituído por mais de 1 000 livros de escritores consagrados e de muitos da sua autoria. Ora, esse «tesouro» vai precisamente a 12 000 obras, algumas de dois a cinco volumes, segundo nos esclarece o amigo das coisas de cultura e arte, sr. José Cabrita. Recentemente esteve ele em presença dessas obras, falando com D. Maria Isabel Dantas que declarou haver rejeitado propostas para venda de alguns objectos que deseja sejam entregues a Lagos em sua vida. E assim mais uma vez voltamos à presença de quantos se interessam pela valorização cultural do Algarve, para que, de olhos postos na atitude generosa e louvável daquela senhora, não hesitem em colaborar no sentido de recebermos o mais breve possível o que por sua vontade e de seu falecido marido, constitui património de Lagos, e cuja conservação e retenção, onera as suas receitas, roubando-lhe espaço de que poderá carecer para receber pessoas de família.

Joaquim de Sousa Piscarreta

Trespasa-se

Drogaria Rodrigues, em Vila Real de Santo António. Motivo: o seu proprietário não poder estar à frente do negócio. Respostas para Rua José Barão, 15-17 — telef. 388 na mesma vila.

Federação de Municípios do Distrito de Faro

AVISO

POUPANÇA DE ENERGIA

De acordo com a resolução do Conselho de Ministros publicada no Diário do Governo, I Série — n.º 17 de 21 de Janeiro de 1975, sobre o assunto em epígrafe, informo que o período da iluminação de montras, fachadas e anúncios, se encontra limitado, devendo terminar às 21 horas de cada dia.

Faro, 12 de Fevereiro de 1975

O Presidente do Conselho de Administração,

a) *Joaquim Lopes Belchior*

MARKIMAGE



BNU-2

INSTANTÂNEOS

Mais uma forma utilizada na fuga de capitais

por António do Rio

Foi há dias. Há uns quantos dias, apenas. Mais precisamente, em 30 de Janeiro. No aeroporto de Roissy. Baptizado de Charles de Gaulle. Chegada de um avião, entre as muitas centenas que diariamente chegam e partem dali. Um avião da Air France. Vindo de Lisboa.

Era cerca das dezoito horas. Avião cheio, de realidades e de esperanças. Despejo da carga, da humana e da outra... As mesmas correrias, para a conquista dos melhores lugares (ou simplesmente de lugar) nos autocarros. As mesmas preocupações de bagagens, de recibos de perdas e outras...

Dois casais, unidos na amizade, ou na solidariedade de interesses, desciam, sem pressas nem interrogações. Pessoas de «bem» — ou, pelo menos, de «bem vestidas, bem calçadas». Um dos casais era português. O outro, francês. Percebia-se pela fala. Num lado, um francês correcto, impecável. Do outro, um francês sotaqueado de português. Amigos, isso via-se à vista descoberta. E amigos íntimos, pelo que a seguir se verificou: em dado momento, o membro francês desses dois casais de amigos, acabou a «sua» missão. E entregou ao outro homem, o do casal português, vários maços de notas. De notas do Banco. Do Banco de Portugal. Notas de mil escudos, impecavelmente unidas. Vários maços de notas de conto, de conto de réis...

Um terceiro casal, português, que viajara no mesmo avião, assistiu à cena. E quando quis manifestar o seu espanto, por esse tráfico de divisas — de dinheiro português roubado ao erário português por, certamente, membros da reacção internacionalista — o cidadão francês, com ar superior, desdenhoso, mesmo, corroborado na atitude tomada pelo receptor da «massa», certamente um anti-patriota interessado na agravamento das dificuldades financeiras do novo Portugal, disse, irónico, malcriado:

— Qu'est ce que cela peu vous foutre! Um favor a um amigo, faz-se sempre com prazer.

Passada a onda de raiva, manietada e impotente, do que criticara o contrabando de dinheiro português, cada um partiu para a sua direcção. Certamente jamais voltarão a encontrar-se. E muito menos em idênticas circunstâncias.

Mas o que interessa realçar, neste caso, é a facilidade com que certos reaccionários portugueses, escolhendo Paris para centro das suas acções anti-democráticas, traficam com a saída de capitais do seu país, para criar um ambiente mais pesado de dificuldades para a economia e para as finanças portuguesas, na esperança — que cremos seja vã, graças à vigilância, e ao rigor de controlo que é preciso reforçar, do Povo/MFA — de um retorno ao tempo da ditadura fascista, dos grandes privilegiados senhores, duma escassa minoria com os lemes da produção nas unhas tintas de sangue, sobre a quase totalidade da população portuguesa, transformada em escrava, ou da grande burguesia portuguesa, no país, ou da burguesia internacional, se fugidos na emigração.

Velhos tempos — ainda tão recentes! — em que os bandidos e os assassinos da PIDE/DGS aterrorizavam o país, com a ajuda de seus amigos e informadores, muitos dos quais ainda estão em dívida para com a nova sociedade portuguesa, para com a Democracia que se está construindo em Portugal.

Paris, 5-2-75

Comício do P. C. P. em Faro

A Comissão Concelhia de Faro do Partido Comunista Português, efectuou uma sessão de esclarecimento na Sociedade Recreativa Artística Farense, que registou uma enchente. Usaram da palavra vários oradores, entre os quais Pedro Soares, do Comité Central, sendo a actual situação política objecto de ampla análise.

BRISAS do GUADIANA

Alguns aspectos das principais actividades do concelho de Vila Real de Santo António

VIII — CONSIDERAÇÕES FINAIS

VILA Real de Santo António tem duas freguesias, que são a da sede do concelho e a de Vila Nova de Cacela, justificando a crescente importância de Monte Gordo, quer populacional, quer como privilegiada zona de turismo, que se pense também na sua elevação a sede de freguesia.

Grande parte da população de Vila Nova de Cacela dedica-se ao amanho das terras, enquanto outra parte trabalha na frota de pesca vila-realense ou nas de outros centros da Província. Alguns cacelenses, possuidores de um bocado de terra, dividem o seu tempo entre o cultivo desta e a faina marítima. A implantação de um sistema cooperativista, já preconizado, em moldes que as circunstâncias aconselhem, permitirá, aos que vivem mais arreigados à cultura das terras, conseguirem melhores condições de sobrevivência do que aquelas de que presentemente desfrutam. O cooperativismo permitir-lhes-á adquirir mais facilmente a maquinaria agrícola, as instalações e todos os quase todos os produtos indispensáveis a um trabalho mais rentável e frutuoso.

Como em Monte Gordo e na sede do concelho, a emigração provocou em Cacela a fuga de muitos braços úteis, pensando-se que um estudo tendente a melhores condições de trabalho possa vir a facilitar o seu regresso às terras de origem.

A população masculina de Monte Gordo dedica-se essencialmente à pesca, quer nas traineiras vila-realenses, e de outros centros, quer nos barcos de tresmalho, enquanto a feminina trabalha em grande parte nas fábricas de conservas da vila. Muitos, especialmente os mais novos, têm optado pelas menos árduas ocupações oferecidas nos hotéis e residências, sendo de esperar que a tendência evolutiva do turismo, bastante facilitada pelas naturais potencialidades da povoação, acabe por atrair para este a maior parte das gentes da aldeia-praia.

Forma económica de fazer turismo, o campismo estende-se dia a dia a um maior número de praticantes, a quem as entidades que superintendem nos parques procuram conceder sempre maiores facilidades, num estímulo sem dúvida proveitoso para ambas as partes interessadas.

O Parque de Campismo de Monte Gordo tem oferecido anualmente rendimentos apreciáveis ao Município, o que fez pensar na construção de outro, de maior lotação, mais próximo da vila, cujo comércio, e actividades afins, resultariam beneficiados.

O apoio financeiro à indústria e comércio do concelho vila-realense é prestado por seis estabelecimentos bancários, que empregam cerca de meia centena de pessoas e dispõem, todos, de modelares instalações.

Entre os restantes serviços públicos inerentes às terras com algum movimento e vontade de evoluir, avulta a exiguidade das dependências dos Correios, Telégrafos e Telefones, que em Monte Gordo é notória e em Vila Real de Santo António «brada aos céus». Pensa-se que estas anomalias, se assim se lhes pode chamar, virão a ser corrigidas num futuro próximo.

Vila Real de Santo António e seu concelho possuem todas as condições para progredir e serem sobremaneira úteis, num consenso económico, ao todo constituído pela Província e pelo País, condições a que não faltam também, através dos diversos estabelecimentos de ensino, as bases indispensáveis a um princípio de formação técnica da sua juventude. Que o Estado lhes não negue, através dos departamentos que até há pouco o não tinham dado, o apoio indispensável, que as autarquias, a indústria e o comércio, sem pôrem de parte os seus indeclináveis deveres para quem os serve e deles vive, se unam para o estudo e resolução dos principais problemas e não esqueçam também os superiores interesses da terra que lhes dá vida, e assim poderemos vir a ter uma Vila Real de Santo António moderna e pronta a «crescer», como há duzentos anos decerto a desejava o seu fundador.

Aqueles a quem tenha despertado a curiosidade a série de pequenos artigos, cuja publicação hoje concluímos, sobre «Alguns aspectos das principais actividades do con-

celho de Vila Real de Santo António», diremos que foi nosso intuito deixar aqui registados, embora sumariamente, esses aspectos de agora, não só por a Vila Pombalina ter completado duzentos anos, como pelas profundas transformações que nos variados sectores se adivinham, nascidos com o advento da Democracia no nosso País.

J. M. P.



Estes são alguns dos artistas que dão vida ao Teatro de Bolso de Lisboa (Casa da Comédia) e que no Algarve (em Faro, S. Brás de Alportel e Vila Real de Santo António) representaram recentemente e com geral agrado do público o poema de Manuel Alegre «Um barco para Itaca», com encenação de Norberto Barroca e música de Fernando Gaspar, por este cantada e acompanhada à viola. O espectáculo teve na Vila Pombalina a 77.ª representação.

DUAS MIL PESSOAS ASSISTIRAM EM FARO A UMA SESSÃO DO M. F. A.

CERCA de duas mil pessoas participaram no Cinema Santo António, de Faro, numa sessão de esclarecimento promovida pela Comissão Dinamizadora Regional do Movimento das Forças Armadas, que principiou com a apresentação da peça «Pide, história da repressão», teatralização dos comunicados emitidos pela Comissão de Apoio aos Presos Políticos e que narra os processos e métodos utilizados pela polícia de repressão do governo fascista. Documento humano e da maior importância política, teve extraordinário desempenho dos elementos do Grupo de Teatro Lethes, dirigido pelo dr. Campos Coroa.

A segunda parte foi dedicada ao diálogo e análise de questões da actualidade. No palco viam-se o dr. Luís Filipe Madeira, governador civil do Distrito, coronel Hugo Rodrigues da Silva, comandante do R. I. n.º 4, o 2.º comandante, o presidente da Comissão Regional de Turismo e elementos civis e militares da Comissão Dinamizadora Regional do M. F. A. A abrir a sessão, falou o coronel Hugo Rodrigues da Silva, que citou a acção desenvolvida no esclarecimento das massas populacionais do Algarve, onde já foram realizadas mais de 90 sessões com uma assistência superior a 50 000 pessoas, ou seja cerca de um quarto do eleitorado previsto no Distrito.

O capitão Villas-Boas referiu que o esclarecimento efectuado tinha por pauta o Programa do MFA, «no qual empenhámos a nossa honra, que continuará empenhada até que Portugal tenha uma autêntica democracia». Prestou homenagem às vítimas da luta anti-fascista, «pois foram eles a verdadeira semente do 25 de Abril» e fez ampla análise à situação de Portugal e do povo nas últimas décadas, frisando o que fora a guerra colonial e dizendo que a liberdade deve começar pelo respeito de cada um pelas liberdades dos outros, que «a revolução não é exclusiva do MFA, tem que ser de todo o povo português e é necessário que cada vez este seja politicamente mais esclarecido e que em cada dia mais gente participe na Revolução», pois «travamos uma luta anticapitalista e antimonopolista para que a via socializante do Programa do MFA possa ser uma realidade». Apelou para a colaboração dos mais esclarecidos a favor dos menos dotados, já que a chama da revolução tem que ser acesa dentro de toda a gente e a terminar disse que «o programa do MFA será cumprido

porque foi avalizado por um povo inteiro no dia 25 de Abril».

Seguiu-se um período de amplo diálogo, em que foram colocadas à mesa múltiplas questões, entre as quais as que se relacionam com inflação, unidade e unicidade sindical, nacionalização da banca, a marginalização dos ciganos, política cultural no Governo, democracia pluralista, mercado de trabalho, etc.

A sessão prolongou-se por algumas horas, em atmosfera de interesse.

MAIS 7350 CONTOS

distribuídos a semana finda em bilhetes com o Carimbo da

Casa da Sorte

A CASA DOS PRÉMIOS GRANDES

2 SORTES GRANDES 6774-7000 CONTOS

2 TERCEIROS PRÉMIOS 11878-350 CONTOS

JORNAL DO ALGARVE lê-se em todo o Algarve

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ELECTRICIDADE À ILHA DE FARO

O presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Faro, recebemos o seguinte comunicado:

A propósito duma recente sessão de esclarecimento promovida pelo M. F. A. e realizada na ilha de Faro, que o Emissor Regional do Sul transmitiu e de que em «Notas Cívicas» publicadas no semanário «O Algarve», de 5 de Fevereiro, local jornalística da autoria de A. M., o seu autor se fez eco, esclarece-se o seguinte:

1. — As casas da ilha de Faro que se situam a ponte do posto da Guarda Fiscal não integram o

concelho de Faro. Territorialmente, tais casas estão localizadas na zona do Município de Loulé e os respectivos habitantes são munícipes desse concelho.

2. — Na conformidade, o abastecimento domiciliário de água e sua canalização competem de jure, à Câmara Municipal de Loulé, no tocante ao fornecimento de energia eléctrica, luz de iluminação pública ou domiciliária, compete tal matéria à Federação de Municípios do Distrito de Faro, instituição de direito público em que o concelho de Loulé está federado.

3. — Aceita-se que seja mais fácil a canalização e fornecimento de água aos habitantes da zona de Loulé da «Ilha de Faro» a partir da rede pública de Faro, mas tentá-lo sem a anuência expressa do Município vizinho, seria uma usurpação de poderes, que as leis, até de natureza penal, condenam e cominam.

4. — O presente esclarecimento tem em vista repor a verdade, uma vez que a população louletana da «Ilha de Faro» foi, e tem sido, incitada a reiterar reclamações, mal dirigidas, junto da Câmara de Faro, sem curar de saber, na divisão administrativa do território, qual a jurisdição a que está afecta.

5. — A C. M. F. far-se-á eco das reclamações do povo da ilha que habita no concelho vizinho, no sentido de que as suas justas, mas mal orientadas, reivindicações sejam satisfeitas, alertando para elas as autoridades administrativas competentes em razão do território (canalização de água) e em razão da matéria (fornecimento de energia eléctrica).

Pena foi que logo na sessão de esclarecimento em referência o povo não tivesse sido esclarecido, rectificando-se o sentido em que orienta as suas reclamações.

José Lira

Nota do autor — (1) Este artigo constitui extracto de um outro, publicado em Fevereiro de 1970.